apubh
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

BOLETIM

ANO XXIII Nº. 13 - JUNHO DE 2001

Ana Maria Soares



Minas despreza a Pesquisa

O Estado tem a função de financiar e de promover pesquisas em setores essenciais. Em Minas Gerais está acontecendo o contrário. A Fapemig liberou, até maio, apenas RS$ 7 milhões de um total de RS$ 15 milhões aos laboratórios de pesquisa. Além de inferiores aos do ano passado, os repasses deixaram de ser mensais. Alternativas para se reverter esse quadro foram discutidas numa reunião da comissão de ciência e tecnologia, realizada no ICB. **Pág. 2**

Professores prestigiam o lançamento de revistas

Fernanda Torres



Pais do Tostão recebem a homenagem

A revista Caminhos e três publicações na área de Educação foram lançadas no dia 6 de junho, durante o I Simpósio Trabalho e Educação, na Faculdade de Educação.

Compareceram professores da UFMG, de outras faculdades do país, pais e irmãos do prof. José Henriques Maia Filho, o Tostão, que foi homenageado na noite. Alguns autores de livros relançaram seus trabalhos.

Em sua edição n° 19/20, a Caminhos traz onze artigos sobre temas relevantes e um projeto gráfico moderno. Ela será submetida a serviços de indexação e resumo de sua área de abrangência.

Também foram apresentadas a revista Trabalho e Educação, o Caderno de Textos Trabalho e Educação em Perspectiva e Educação em Revista. **Pág. 7**

Provão é colocado em questionamento
Págs. 4 e 5

Projeto prevê trabalho gratuito de estudantes
Pág. 6

Especialistas analisam os diversos cenários do racionamento de energia
Pág. 8

Editorial

Minas quer ocupar o seu lugar

Impossível imaginar nossas vidas sem ciência e tecnologia. A ciência não se desenvolve em qualquer lugar, mas naquelas sociedades que sabem criar as condições educacionais, institucionais e materiais necessárias para os seus cientistas trabalharem.

O maior desafio na atual realidade brasileira é incluir nossa população nas relações sociais de trabalho e produção de riqueza, o que requer pesquisa que leve em consideração nossas especificidades culturais, ambientais, sociais e econômicas. Não há pacote pronto a ser importado com estas características.

O papel do Estado é central na política de ciência e tecnologia como financiador e indutor estratégico. No entanto, Minas está vivendo uma fuga de cérebros, o que é a evidência mais forte da omissão do poder público em garantir as condições necessárias ao trabalho desta geração e da próxima a ser capacitada.

Nesse sentido, nossa comunidade científica tem muito a reclamar, pois não está recebendo o apoio adequado. As verbas repassadas à Fapemig têm sido muito inferiores à determinação mínima da Constituição para este fim, e vêm sendo liberadas de forma irregular e incompatível com o andamento das pesquisas.

A comunidade científica de Minas Gerais está pronta a colaborar e sabe do lugar que quer e pode ocupar no cenário nacional, garantindo ao Estado, também nesse aspecto, o papel que lhe cabe na Federação.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA e POLÍTICA



Pesquisa sob ameaça

A reunião da Comissão Permanente em Defesa da Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais, realizada no dia 8 de junho na Sala de Congregação do ICB, discutiu alternativas para o impasse criado em torno do repasse de recursos da Fapemig (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) aos projetos desenvolvidos por instituições científicas.

O repasse voltou a ficar ameaçado. A Fapemig liberou até maio, aos laboratórios de pesquisa, apenas RS$ 7 milhões de um total de RS$15 milhões acordados dentro de um total de RS$36 milhões do orçamento da Fapemig este ano. Além de serem inferiores às do ano passado, as transferências deixaram de ser mensais.

A Procuradoria Geral de Justiça deve analisar representação feita pelo deputado estadual Paulo Piau contra o governo estadual. Se ela for julgada procedente, o Ministério Público pode abrir uma ação contra o Estado.

Desejamos
Boas Férias a toda
a comunidade
universitária.
Que o descanso
nos reforce na
luta por uma
universidade melhor.

Presidente: *Beatriz Couto*; 1º. Vice-presidente: *Ciomara Nunes*; 2º Vice: *Rodney Saldanha*;
1º. Secretário: *Délcio Salomon*; 2º. Secret.: *José Antônio Armanelli*; 1º. Tesoureira: *Otávia Fernandes*;
2º. Tesour.: *Rosângela Carrusca*; 1º. Suplente: *Maria Inês Toledo*; 2º. Supl.: *Juliana Bastos*

Editora: *Ana Maria R. Oliveira* (Reg. Prof. 2.032/MG); Diagramação: *Mary O. Assis* e Carlos Jorge
R. Artur Itabirano, 70 S. José/Pampulha - 31275-020 - BH/MG; Tel: (0xx31) 3441-7211; Fax: (0xx31) 3441-1303

3.500 exemplares; correio@apubh-ufmg.org.br - www.apubh-ufmg.org.br

FHC poderá ser limitado em editar medida provisória



O Projeto de Emenda Constitucional n° 472/97, aprovado por 417 votos em primeiro turno na Câmara, veta ao presidente Fernando Henrique a prerrogativa de editar Medidas Provisórias indefinidamente, como ele tem feito ao longo de seu governo, prejudicando diversos segmentos como o funcionalismo público.

O prazo de validade da MP, que hoje é de trinta dias, com inúmeras modificações em suas reedições, de acordo com o projeto, será modificado para sessenta dias e sua prorrogação será de no máximo sessenta dias; nesse caso, a MP não poderá ser modificada, devendo então ser apreciada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Se a MP não for votada até o 45° dia de validade, a pauta de votação da Câmara e do Senado ficará interrompida.

O presidente da República será proibido de baixar MPs que impliquem: na criação ou majoração de impostos; que visem a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro; sobre nacionalidade, cidadania, direitos políticos e direito eleitoral; sobre direito penal, processual, civil; sobre organização do Poder Judiciário e Ministério Público, a carreira e garantia de seus membros; sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento, créditos adicionais e suplementares; sobre temas reservados de lei complementar.

Segundo informou a imprensa, o governo pactuou um acordo para acrescentar a essa Emenda Constitucional a modificação do Art. 246 da Constituição Federal de 1988, o qual veda a adoção de MPs na regulamentação de artigos constitucionais cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda constitucional promulgada a partir de 1995. Assim, só poderão ser regulamentadas por MP as mudanças constitucionais futuras e não passadas, como por exemplo as reformas previdenciárias e administrativas.

Reserva de Vagas: direito de todos?

Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição)

Este texto é referendado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz em seu artigo I: "Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta declaração sem distinção de qualquer espécie, seja raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição".

Alertamos os nossos colegas sobre o desrespeito a esses princípios pelo Congresso Nacional, através de suas proposições relativas à reserva de vagas na universidade pública.

Reformulação do CNE

A reestruturação do Conselho Nacional de Educação (CNE) e a implantação do Fórum Nacional de Educação estão previstas no projeto de lei dos deputados Gilmar Machado e Walter Pinheiro. O texto em tramitação resgata a formulação construída com a participação da comunidade de educação e da ciência, após intensos debates em todo o país, e aprovada pela Câmara dos Deputados, por unanimidade em 1994; posteriormente ela foi excluída da Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Caso o projeto seja aprovado pelo Congresso, teremos assegurada a participação mais efetiva da sociedade nas definições da política educacional brasileira. É inegável a necessidade de assegurarmos uma composição mais democrática do Conselho Nacional de Educação, cujos componentes poderão exercer uma fiscalização permanente, garantindo a transparência das ações do poder público.

Pesar



Registramos, com grande pesar, o falecimento da professora Vera Lúcia Tomaz Fróes, no dia 8 de junho. Vera era diretora licenciada da Regional Leste da ANDES (gestão 2000-2002) e participou da diretoria da APUBH na gestão 1996-97. Ela se aposentou no Centro Pedagógico, onde lecionava educação artística.

Qual é a melhor avaliação?

O Provão continua a suscitar polêmica. Ele é um instrumento adequado ao sistema educacional brasileiro? A seguir, publicamos um manifesto dos estudantes propondo o seu boicote e um artigo do ex-reitor e professor Aluísio Pimenta, que discute o processo de avaliação e algumas das necessidades atuais da universidade brasileira.

Manifesto das Executivas e Federações de Curso contra o Provão

Marta Carneiro



Provão ou vestibular: clima de tensão

"Segundo Paulo Freire, a educação deve visar à libertação. Portanto, a mera reprodução de conhecimento não cumpre o papel de educar. É partindo dessa premissa que procuramos analisar o ensino superior no país, mais especificamente o processo de avaliação das universidades que, segundo nosso entendimento, representa mais que a prestação de contas da universidade para com a sociedade.

A avaliação institucional deve ser instrumento do qual a instituição avaliada participe, para se conhecer melhor e entender suas falhas, seus acertos e saber o que fazer para se superar.

Mas a "avaliação" que nos é apresentada pelo MEC, o provão, cumpre com esses objetivos? Pelo contrário. O objetivo do provão não é aperfeiçoamento do ensino superior no Brasil, mas, sim, a distribuição de conceitos vazios e a produção de um ranking. O Ministério se exime do papel de garantir ensino superior de qualidade para a população e coloca-se na posição de xerife, que observa de longe, como se não coubesse a ele interferir nesse processo.

Repudiamos a lógica de premiação e punição que rege o exame, tanto por parte do MEC quanto por parte de algumas instituições. Quando o Ministério se propõe a premiar com bolsas de mestrado os estudantes melhor classificados no provão, ele mesmo desvirtua a idéia de avaliação institucional. Afinal, se quem é avaliado é a universidade, por que há premiação para esses estudantes? E por que os estudantes de escolas com notas inferiores devem ser punidos, não podendo utilizar, por exemplo, o crédito educativo do governo?

Os conhecidos "tubarões do ensino" não se incomodaram de compactuar com essa lógica que, absolutamente, nada traz de positivo ao ensino superior no Brasil. Algumas escolas criaram "cursinhos pré-provão", outras sorteiam prêmios, outras isentam de mensalidades... Vale tudo? São essas instituições que acabam tirando proveito do provão, pois, através dele, é fácil parecerem competentes aos olhos dos vestibulandos, e continuarem com sua enganosa venda de diplomas.

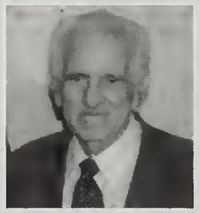
Por tudo isso, recomendamos aos estudantes que BOICOTEM o provão, através da entrega de provas em branco. Assim, não é o MEC que dá nota E para os estudantes. Os estudantes é que darão nota E para o MEC".

Assinam: Executivas nacionais dos estudantes de Comunicação Social, Pedagogia, Veterinária, Nutrição, Letras e Educação Física. Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina. Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil. Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal. Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Psicologia.

Apóiam: Executivas nacionais dos estudantes de Educação Física, Nutrição e Engenharia Florestal.

A realidade do Provão

Aluísio Pimenta*



A avaliação é um processo importante em qualquer tipo de atividade. Também é fundamental no processo educativo para identificarmos os fatores que o influenciam e o grau de aprendizagem dos estudantes - os futuros profissionais. No caso específico do ensino superior, temos que examinar continuamente o ensino, a pesquisa e a extensão.

Este processo contínuo, denominado avaliação, tem como objetivo um produto final, isto é, um graduado capaz de exercer determinada atividade profissional, cumprindo uma das funções da universidade. As instituições devem estabelecer, ainda, um processo de avaliação institucional e, dessa forma, apreciar seu corpo docente e sua qualificação em termos de mestrados ou doutorados, as bibliotecas, a administração, enfim tudo aquilo que possa influenciar no aprendizado e no grau de desenvolvimento da pesquisa e da extensão, como complementação importante à função da universidade e da educação superior em geral.

No Brasil, não há tradição de avaliação externa. O Ministério da Educação estabeleceu o Exame Nacional de Cursos, o "Provão", organizando-o como uma prova em nível nacional à qual são submetidos os graduados ao final do curso.

O processo tem sofrido críticas e elogios. A meu ver, o Provão tem vantagens e desvantagens. Entre as vantagens estão o fato de ter despertado as instituições para a importância da avaliação externa e o de trazer à sociedade os problemas do ensino superior brasileiro, para que todos tomem conhecimento do processo. Isso gera comparações e *rankings* nem sempre justos, mas sacode dirigentes, professores, alunos e familiares.

A maior desvantagem talvez seja o fato de a realização do exame ocorrer ao final do curso. Se fosse aplicado no meio do curso, daria oportunidade de se corrigirem as deficiências e evitarem transtornos e constrangimentos aos graduados. Outra desvantagem é a falta de uma avaliação institucional para identificar as reais debilidades do sistema.

O ensino superior brasileiro necessita urgentemente de um planejamento. Não podemos continuar aceitando faculdades e cursos de baixo nível educacional e altíssimas mensalidades. É hora de o MEC abrir as discussões sobre o processo educacional para que a sociedade possa manifestar-se e colaborar na solução dos seus problemas.

** Ex-reitor da UFMG e UEMG*

Avaliação Seriada

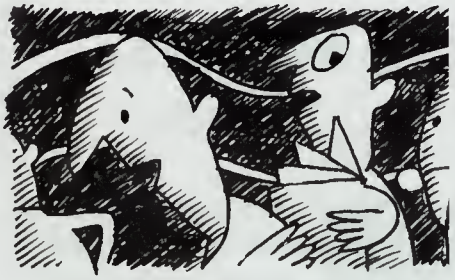
Em discussão no Senado, o Projeto de Lei Nº 61/2000 propõe o Programa de Avaliação Seriada Anual para acesso às instituições públicas de ensino superior.

O projeto determina que as Instituições de Educação Superior, integradas ao Sistema Federal de Ensino e não credenciadas como universidades, deverão reservar vagas de acesso na forma de avaliação seriada anual para candidatos que se encontram cursando o ensino médio. O percentual de aluno a ser admitido por esse sistema não pode ser inferior a 25% e nem superior a 75%.

Já as universidades deliberarão sobre a adoção do Programa de Avaliação Seriada Anual, bem como sobre o número de vagas a serem reservadas, os critérios e as normas de seleção de candidatos. A justificativa é "minimizar a influência de fatores externos – inclusive emocionais – sobre o processo de avaliação da capacidade individual".

Normalmente o vestibular é realizado em uma ou duas etapas em mais ou menos cinco dias. É interessante observar que o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, considera que o Provão, aplicado em algumas horas durante um dia, é um instrumento eficiente para aferir a qualidade dos cursos nas universidades.

Estudantes podem ser obrigados a prestar serviço gratuito



A obrigatoriedade de que estudantes de universidades públicas prestem serviços gratuitos como professores de ensino público fundamental e médio está em pauta na Câmara Federal. O Projeto de Lei n° 1.374/99, apensado ao PL 3.832/2000, do deputado Rafael Greca, cujo relator é o deputado Paulo Lima, trata essa questão.

Este projeto, além de ferir aspectos legais, desconsidera os aspectos sociais. A lógica do projeto é de que a pessoa, ao ter acesso a uma universidade pública gratuita e, conforme os propósitos reconhecidamente de qualidade, contrai uma dívida com a sociedade, que pode ser paga de duas formas: com a contribuição financeira ou a prestação de serviços.

Assim, sugere que os graduandos, cujo rendimento seja acima da média, fiquem obrigados a ministrar aulas durante 180 dias nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, a partir da 5ª série.

Nas quatro primeiras séries, somente será dada permissão para lecionar aos licenciados do curso de Pedagogia, sob esta alegação: "Para atuação nas quatro primeiras séries do ensino fundamental só permitiremos aqueles estudantes que estejam sendo formados especificamente para esse nível, devido à grande dificuldade que as pessoas em geral têm de lidar com crianças entre sete e dez anos, ou aqueles estudantes que já possuem formação específica de nível médio ou, ainda, os que estão sendo formados em artes como música, artes plásticas e ciências. Não devemos utilizar professores inexperientes no ensino de crianças pois o prejuízo que causariam poderia ser bem maior que os benefícios".

Percebe-se um flagrante descaso ou desconhecimento da complexidade do trabalho desenvolvido com os adolescentes, cuja demanda requer um profissional apto pedagogicamente e emocionalmente. O projeto prevê apenas que os universitários selecionados para ministrar aulas sejam submetidos a um "treinamento mínimo em didática especial das disciplinas que eles deverão lecionar".

Ironicamente dizem os proponitores que há uma exigência de que os estudantes selecionados estejam no último ano de seus respectivos cursos e que tenham rendimento acima da média exigida para aprovação para não se confirmar o dito popular de "quem sabe faz, quem não sabe ensina". O aluno que tiver bom rendimento será obrigado a prestar serviços; isso não poderia induzir a uma baixa produção acadêmica?

Indenização

É preocupante o artigo 2°, parágrafo único do PL 3.832, que diz: "O aluno recém-formado fica impedido de aceitar propostas de trabalho, sem antes prestar os serviços referidos nesta Lei", e o parágrafo único que afirma: "É facultado ao aluno recém-formado exonerar-se do dever de prestar os serviços mediante a indenização, em favor da Universidade de origem, no valor de 30 (trinta) salários mínimos".

Há uma grande desconsideração com a questão social, quando se permite que quem pode paga e quem não pode trabalha; além disso se desconhece a realidade de nossos graduandos em licenciatura que, em sua grande maioria, conciliam trabalho e estudo.

Destaque-se ainda o expresso no voto do relator: "A prestação de serviços à comunidade é uma forma de retribuição que beneficia as duas partes. O graduando tem oportunidade de fazer uma espécie de estágio, ampliando suas competências práticas e ganhando experiência, sempre útil para o progresso no mercado de trabalho. A sociedade é beneficiada pela atuação profissional em áreas carentes de recursos humanos qualificados".

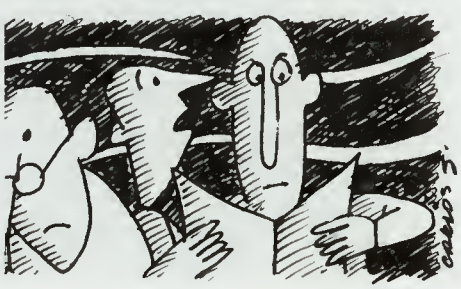
Haverá dispensa do estágio regular e supervisionado nas universidades? Qual será a utilidade da medida para o progresso no mercado de trabalho? O que podemos vislumbrar é a desregulamentação da profissão do professor e uma precarização das relações de trabalho, uma vez que as atividades dos profissionais da educação serão substituídas, de forma obrigatória, pelos graduandos, o que representa uma farta mão-de-obra barata.

Temos que questionar, ainda, a afirmativa de que há uma escassez de professores. As estatísticas demonstram o contrário: há um enorme contingente de professores que são desestimulados a atuar na educação dadas as precariedades encontradas nesta área.

Uma das conseqüências da aprovação deste projeto seria a possibilidade de prefeituras e governos estaduais deixaram de contratar professores e utilizar o trabalho de estudantes. Essa prática viria atender à economia de recursos públicos, tal como é preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Um país que se preza prioriza a educação e possibilita, indistintamente, o acesso a ela. Esta não é a primeira investida para se acabar com a gratuidade do ensino nas universidades públicas, pois um projeto similar já indica a obrigatoriedade dos pós-graduandos assumirem aulas na graduação gratuitamente.

Cobramos também uma ação do Congresso Nacional no sentido de reavaliar a decisão do governo federal, que vetou todos os artigos do Plano Nacional de Educação os quais asseguravam, minimamente, os ínfimos recursos indispensáveis à exigüidade do PNE.



Revistas são lançadas em evento na FAE



Ana Maria Soares

Lançamento de revista congrega comunidade acadêmica

Professores da UFMG e de outras universidades do país prestigiaram o lançamento da Revista Caminhos, da APUBH, e de três importantes publicações na área de Educação.

O evento foi realizado no dia 6 de junho, dentro do I Simpósio Trabalho e Educação – relações sociais na educação, relações sociais de produção.

Estiveram presentes a vice-reitora, prof. Ana Lúcia Gazolla, diretores da UFMG e APUBH, os ex-reitores Aluísio Pimenta, Cid Veloso e as vereadoras Jô Moraes e Neila. Houve espaço para a divulgação dos livros de professores.

Ao abrir a solenidade, o prof° Délcio Salomon lembrou a importância da Revista Caminhos como porta-voz do movimento docente e a linha editorial adotada no sentido de se acolherem artigos com posicionamentos diversos para suscitar o amplo debate, como deve ser característico da vida universitária.

A profª Beatriz Couto referiu-se à trajetória do prof. Tostão e à sua decisiva contribuição como membro de várias diretorias na APUBH. Por sua vez, a profª Ana Lúcia Gazzola acentuou o espírito altivo que sempre caracterizou a atuação de Tostão. Em nome da família, o sr. José Henriques, pai do professor, agradeceu a homenagem.Enfatizando alguns momentos históricos vividos pela UFMG, o prof° Aluísio Pimenta referiu-se à sua satisfação em estar presente à solenidade.

Na edição n° 19/20, a Revista Caminhos traz onze artigos que abordam desde a conjuntura internacional até questões relativas ao vestibular. Introduz, como novidade, uma seção de Cartas do Leitor. Por estar adaptada às normas vigentes, será submetida a serviços de indexação e resumo de sua área de abrangência.

Também foram lançadas a revista Trabalho e Educação, em sua oitava edição, o Caderno de Textos Trabalho e Educação em Perspectiva e o número especial da Educação em Revista, contendo o Dossiê Trabalho e Educação. Além de artigos com conteúdo relevante, essas publicações apresentam projetos gráficos modernos.

Bolsas PICDT

A CAPES está analisando novamente os processos referentes à atribuição de bolsas do PICDT para 2001, segundo informou a professora Elionora Cavalcanti de Barros à presidente da APUBH, Beatriz Couto.

O objetivo é reconsiderar os casos de flagrantes injustiças decorrentes da forma como a cota de bolsas foi cortada, o que deixou inúmeros professores, que já haviam iniciado seus cursos no Brasil e na UFMG, em dificuldade. A professora Elionora também afirmou que o PICDT, que seria cancelado, vai agora sofrer reformulações.

Ensino profissional

Com a presença de debatedores de renome na área de Educação e Trabalho, foi realizado nos dias 1° e 2 de julho em Curitiba, o III Seminário sobre a Reforma do Ensino Profissional.

Organizado pela ANDES-SN e pelo SINDOCEFET-PR, o evento teve como objetivos discutir as mudanças no mundo do trabalho no contexto da globalização e suas implicações para a educação e formação profissional no Brasil; analisar a realidade atual dos CEFETs, Escolas Técnicas e Agrotécnicas e as perspectivas e desafios que se apresentam com a implementação da reforma educacional em curso.

Participaram pesquisadores, professores, estudantes, sindicalistas e, pela APUBH, as professoras Maria Inez Melo de Toledo e Lizia Maria Porto Ramos. As questões debatidas compuseram estes eixos temáticos: o Estado neoliberal e as políticas educacionais; o trabalho no mundo globalizado e a formação profissional; impactos da reforma da educação profissional: relatos de experiências; perspectivas e desafios para a educação profissional no Brasil.

Curso Normal

As Comissões de Especialistas de Formação de Professores e de Especialistas de Ensino de Pedagogia, reunidas em Brasília, elaboraram o Documento Norteador para as Comissões de Verificação com Vistas à Autorização e Reconhecimento do Curso Normal Superior.

Entre os seus pontos principais, ele estabelece que o curso se destina à formação de docentes para atuarem no magistério da Educação Infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Racionamento de Energia: passado, presente e futuro*

Parece oportuno contribuir com alguns comentários que posicionem o problema do racionamento de energia elétrica no país num cenário mais abrangente, capaz de contemplar aspectos do passado, presente e que, ainda, indique a projeção de perspectivas futuras.

O desenvolvimento sustentado de qualquer nação requer a existência de *planejamento energético* em horizontes de longo, médio e curto (da ordem de 10 anos em nosso país) prazos. É nesta etapa que devem ser avaliadas as diferentes alternativas de composição da matriz energética nacional, considerando-se aspectos como a potencialidade local dos diversos tipos de fonte, as questões de custo de implantação, operação e manutenção da geração, o aspecto estratégico de disponibilidade e custo da fonte de energia, questões ambientais (poluição, área inundada pelos reservatórios), dentre outras. Existe também o *planejamento elétrico*, no qual é prevista a adequação (ampliação) do sistema de transmissão desta energia.

No caso brasileiro, tais planejamentos têm sido realizados com muita competência por profissionais técnicos do setor. Entretanto, de nada valem estes planos caso eles não sejam implementados, o que requer a decisão política de cumprimento dos investimentos previstos. Não se devem atribuir os problemas atuais de falta de energia no país à predominância da geração de origem hidráulica na matriz energética. Não foram efetuados os investimentos previstos para diversificar tal matriz, tampouco para assegurar o intercâmbio de energia entre as regiões do país. No momento, não há meios para a transmissão da energia excedente da região Sul para a Sudeste.



O quadro que denota a relação de geração e consumo de energia já era nítido e disponível no país com muita antecedência. Um ponto relevante, nem sempre destacado, é que, mesmo na eventualidade de ser admitida a decisão política de não se efetuarem os investimentos indicados nos planos, teria sido fundamental definir critérios e procedimentos que objetivassem uma melhor utilização dos recursos existentes, sem permitir a exaustão dos mesmos. Poderiam ter sido implementadas políticas de longo prazo para gerenciar a situação que contemplassem a economia de energia, a redução inteligente do consumo (estímulo ao emprego de tecnologias mais eficientes: em iluminação, em acionamentos, aquecimentos etc.) e o incentivo ao investimento em fontes alternativas de energia, dentre outras.

Avaliação criteriosa

A atual situação não deixa alternativas imediatas senão uma redução significativa de consumo de energia e o investimento de curto prazo nas alternativas indicadas nos planos, sobretudo no planejamento elétrico. Contudo, é prudente a avaliação cuidadosa destas alternativas. É evidente o aspecto positivo de se variar a matriz energética, com a inserção de fontes térmicas. No entanto, vale verificar até que ponto é estratégico, em função de uma situação de emergência, deslocar a matriz, passando à dependência de fontes de alto custo (petróleo e gás) nas quais somos pobres. Dado o elevado volume de energia envolvido, a tão propagada adoção de energias alternativas (solar, eólica, biomassa etc.) não configura absolutamente solução para a questão presente, embora deva ser opção de aplicação crescente de longo prazo.

O país precisa repensar o seu modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, merece uma avaliação crítica a continuidade de um modelo consumista (inclusive de energia) que hoje se baseia na importação de empresas eletro-intensivas e poluidoras dos países do primeiro mundo. Estes, ao exportarem tais empresas (siderúrgicas, metalúrgicas, montadoras de automóveis, dentre outras), ficam livres não apenas da poluição, mas sobretudo de consumo de energia considerável. Por outro lado, os países hospedeiros, a despeito de um aparente ganho através do aumento dos empregos gerados por estas empresas, necessitam efetuar investimentos próprios pesados, para assegurar infra-estrutura para implantação e manutenção das mesmas, aí incluído o investimento em geração e transmissão de energia.

Será que o retorno de tais investimentos é compensador? Parecem existir alternativas de investimento muito mais eficientes que contemplem maior geração de emprego e que sejam mais apropriadas à realidade de nosso país, como investimentos no setor terciário e na agroindústria, com o destaque para o turismo e o ensino tecnológico, a exemplo do que faz o mundo desenvolvido.

*Profs. Maria Helena Murta Vale, Silvério Visacro Filho e Clever Pereira
LRC – Departamento de Engenharia Elétrica

IMPRESSO